

Jornalismo Ambiental: reflexões sobre as funções e características da produção textual ¹

Mônica Candéo IURK²
Centro Universitário Santa Amélia - UNISECAL

Resumo

O presente artigo tem como tema as características do jornalismo ambiental baseado em autores como Bueno (2007a, 2007b e 2008), Girardi (2012), Belmonte (2015) e Trigueiro (2003). A partir dos conceitos, recomendações e indicações dos autores, foram selecionados pontos sobre o jornalismo ambiental com objetivo de refletir sobre a produção jornalística em relação ao meio ambiente.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Características; Conhecimento.

Além da técnica

O cuidado com o tratamento das informações e o respeito em relação à audiência são premissas do jornalismo em toda e qualquer editoria. “O Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate” (BUENO, 2007a, p. 36). A profissão de jornalista, de acordo com o Decreto 83.284 de 1979, contempla, entre atividades distribuídas em onze tópicos, “a redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário”; e “entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada” (BRASIL, 1979). Porém, para além da técnica, o jornalismo tem, como uma das funções, de acordo com Denis McQuail (2013, p. 493), “fazer um alerta público com relação a possíveis perigos e riscos”. Dessa forma, as informações e dados reportados são tratados de maneira tal para que o leitor conheça, compreenda, entenda e, se necessário, possa refletir, discutir e repercutir o conteúdo apresentado.

¹ Trabalho apresentado na linha de pesquisa: Jornalismo, noticiabilidade e Internet - Jonoin, realizado no Centro Universitário Santa Amélia – UniSecal, em 24 de julho de 2019, em Ponta Grossa.

² Professora do Curso de Jornalismo da Unisecal, email: monicaiurk@professorsecal.edu.br

O jornalismo ambiental é uma área especializada do jornalismo que, por sua vez faz parte da área da comunicação. Wilson da Costa Bueno (2007a) defende que embora a temática ambiental seja enorme,

[...] não pode afastar o comunicador e o jornalista ambientais de uma visão dita sistêmica, ou seja, eles precisam ter presente que as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estão umbilicalmente conectados. Fica claro, quando se assume esta perspectiva, que é a adequada para se tratar a questão ambiental, que não se pode (ou melhor, não se deve) privilegiar as partes em detrimento do todo. Como sistema, a alteração em uma determinada unidade (seja um ser vivo ou um meio físico – água, solo, ar, clima) provoca impactos em todas as outras e pode romper o equilíbrio que permite a manutenção da vida. (BUENO, 2007a, p. 35).

Bueno defende que o jornalista ambiental tenha a visão ampla, para além do factual e que acrescente o contexto da situação na reportagem. Que siga as técnicas da profissão, mas seja comprometido com a sua audiência. “Ele [jornalista ambiental] precisa ter uma visão mais abrangente do tema (ou pelo menos buscar tê-la sempre) porque caso contrário, irá fechar o seu foco, restringir as suas fontes e ficar à mercê de informações ou dados que servem a determinados interesses”. (BUENO, 2007b, p. 37, sem grifo no original). Nessas condições, Ramos indica o que pode ocorrer quando o jornalismo ambiental não é praticado com idoneidade. O autor aponta que os meios de comunicação de massa têm a responsabilidade sobre a difusão de informações, assim como pela omissão e, “o que é mais grave, muitas dessas mensagens, de forte apelo persuasivo, refletem interesses meramente corporativos e não coletivos, como se deveria supor, uma vez que o meio ambiente engloba toda a coletividade” (RAMOS, 1996, p. 30). Assim, a mensagem transformada em notícia através da narrativa veiculada pela

[...] comunicação de massa se institucionaliza como um referencial do mundo exterior, um sistema de representações que interage com o conhecimento pessoal direto, adquirido pelo indivíduo por meio de sua formação cultural, convivência social e experiência própria. É a partir dessa interação que se consolidam opiniões sobre o mundo, a sociedade e o meio ambiente. (RAMOS, 1996, p. 26).

Embora Ramos (1996) aponte a responsabilidade do jornalista ambiental sobre a visão de mundo apresentada pela mídia à audiência, produzir jornalisticamente sobre o meio ambiente é um desafio. Autores como Shinar (2008) se aprofunda sobre o espaço que a mídia coloca o meio ambiente, para o autor, o tema se torna atraente quando ocorrem desastres ou curiosidades, algo excepcional e fora do comum “como na ocasião sem precedentes, quando, em Janeiro de 2004 neveu em Bagdá, pela primeira vez na História da civilização. Isso levou a mídia a abrir aquela janela periférica para citar o aquecimento global” (SHINAR, 2008, p. 26). E, portanto, para Shinar “A mídia, dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade na pauta das discussões públicas. As exceções são frutos de um esforço pessoal e isolado” (SHINAR, 2008, p. 26). Além de Shinar (2008), Nosty (2008), Carvalho (2016), Trigueiro (2003) e Girardi (2012) indicam que a não inclusão do meio ambiente na pauta do jornalismo diário se deve à dificuldade em cumprir os critérios de valor-notícia³ do jornalismo.

Diferentes estudos sobre o Jornalismo Ambiental convergem para questionamentos sobre como abordar temas complexos para quem tem pouco conhecimento e como falar nos meios de comunicação de massa sobre assuntos complicados. Uma das pesquisadoras que discute a questão na temática científica, envolvendo o meio ambiente no jornalismo científico, é Denise Siqueira (1999), no livro *A ciência na televisão: mito, ritual e espetáculo* sobre a divulgação da ciência⁴, em que estudou o programa da Rede Globo *Fantástico*,

Se, com a especialização na área científica, ‘o homem comum’ tem cada vez menos acesso às últimas descobertas, os meios de comunicação de massas têm a possibilidade de promover a divulgação da ciência a um público muito mais vasto. O problema que se coloca é que a interlocução entre cientista e receptor é tão ‘mediatizada’ que o conteúdo veiculado perde suas características originais de objetividade e ganha outras difusas, menos precisas, o que compromete a divulgação da ciência e seu objetivo esclarecedor. (SIQUEIRA, 1999, p. 20).

³De acordo com Gislene Silva (2005, p. 97), valores-notícia são “atributos que orientam principalmente a seleção primária dos fatos – e, claro, que também interferem na seleção hierárquica desses fatos na hora do tratamento do material dentro das redações”.

⁴Há autores que abordam o jornalismo ambiental inserido no jornalismo científico e, outros justificam que o jornalismo ambiental é uma especialização do jornalismo que aborda temáticas científicas, como por exemplo, as emissões de gases de efeito estufa. Fabíola Oliveira, no livro *Jornalismo Científico*, defende que o jornalismo ambiental surgiu em parceria com movimentos ambientalistas, mas unido ao jornalismo científico.

A forma de *mediatizar* a que a autora cita remete ao que Andreas Hepp aborda no artigo *O que a cultura das mídias (não) é*, em que apresenta, com diversos autores, a cultura da mídia em diferentes abordagens. Hepp defende que “os meios técnicos são constitutivos de realidade” (HEPP, 2015, p. 16). Ou seja, de acordo com o que Siqueira coloca como problema, a forma mediada da informação em 1999, Hepp avalia como parte da cultura da mídia através das construções de realidades nos meios de comunicação de massa. Hepp parte do contexto da Indústria Cultural e a padronização de produtos para a mídia.

Em síntese apresentada por Belmonte (2015), entende-se que

A partir de sua história, é possível entender o jornalismo ambiental a partir de um conceito descritivo e normativo. Trata-se de uma especialização temática, consolidada no Brasil na última década do século XX, comprometida com uma qualidade de vida planetária e com a construção social de uma realidade mais justa e ecológica. Entre suas características estão: a contextualização socioambiental, a relação risco/limite, os processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica. Para puxar e interpretar todos estes fios com uma abordagem transversal que vai além das consequências em busca das causas e soluções, uma diversidade de fontes é sempre necessária. Assim como um profundo comprometimento ético com a profissão. Profissionalismo e engajamento andam juntos, em permanente tensão. (BELMONTE, 2015, p. 12).

Antônio Teixeira de Barros (2012), utilizando os escritos de Ricardo Garcia (2004), elenca quatro elementos do Jornalismo Ambiental:

A ênfase ao risco – contribui para dar força à matéria, devido ao teor dramático e apelo emocional. Afinal, quanto maior o potencial de risco, maior visibilidade e destaque ao fato, o que faz manter o tema na agenda dos media e nas instâncias de debate público.

A duração indeterminada do processo – acentua o teor dramático, ao gerar suspense entre os receptores e despertar interesse para acompanhar o desenrolar dos fatos. Em muitos casos, o noticiário segue quase a estrutura dos enredos de teledramaturgia, com a divulgação das notícias em formato de sequências ou episódios, com deixas de suspenses para os capítulos seguintes.

A incerteza científica – como há diversidade de interpretações por parte dos especialistas com acesso aos media, esse elemento provoca debate, com opiniões divergentes, o que acentua o interesse da opinião pública e prolonga a permanência do tema na agenda pública.

A complexidade técnica – esse fator pode ser desfavorável à cobertura, ao afastar o público leigo, além de representar um dos principais desafios para os jornalistas da área ambiental: como transmitir informações técnicas sobre áreas especializadas, como energia nuclear, eco-epidemias e outros que exigem conhecimento prévio do receptor? (BARROS, 2012, p. 149, grifos no original).

Belmonte (2015) considera que as quatro características ou elementos apontados por Garcia “são incompatíveis com uma abordagem apressada e à distância, exigindo uma interpretação intensiva da atualidade em profundidade” (BELMONTE, 2015, p. 8). Outra contribuição de Belmonte nesse aspecto é sobre a necessidade de investimento financeiro e de tempo para o trabalho no Jornalismo Ambiental.

Já Wilson da Costa Bueno (2008) trata das inúmeras funções do Jornalismo Ambiental. O autor destaca três delas: a *informativa* compete ao dia a dia dos cidadãos, o autor indica ser importante que a pessoa saiba o impacto referente aos hábitos de consumo, tenha conhecimento sobre os processos como o efeito estufa e conheça os modelos econômicos produtivos vigentes. A segunda função elencada por Bueno é a *pedagógica*, que “diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais” (BUENO, 2008, p. 165-166). A função *política* é a terceira selecionada pelo autor e refere-se à mobilização das pessoas para a defesa de locais em decorrência do impacto de empresas e alerta para uma vigilância constante em relação à letargia sobre alguns assuntos que, por conta do comprometimento e/ou omissão dos governantes a interesses pessoais-empresariais, “não elaboram e põem em prática políticas públicas que contribuem, efetivamente, para reduzir a degradação ambiental. (BUENO, 2008, p. 165-166).

Para atuar nas funções elencadas acima, o Jornalismo Ambiental, de acordo com Bueno (2007a) precisaria transpor algumas *síndromes*. Abordando as fontes, o que se apresenta comum na visão de Bueno é denominado como *síndrome da lattelização*⁵ das

⁵ O termo *lattelização* refere-se ao currículo *lattes*. Plataforma de dados ligada ao CNPq em que pesquisadores cadastram os dados de seus trabalhos acadêmicos e profissionais.

fontes. Nessa condição, o Jornalismo Ambiental reduz as fontes aos produtores de conhecimento especializado, silenciando o diretamente afetado pela situação. Giddens (2012, p. 80) denomina as fontes especializadas como guardiões da racionalidade. Outra *síndrome*, caracterizada pelo autor e que opera associada à da *lattelização* é a *síndrome do muro alto*. “Ela respalda o discurso das elites e busca excluir os cidadãos comuns e mesmo determinados segmentos da sociedade civil do processo de tomada de decisões, defendendo a competência técnica como critério exclusivo de autoridade” (BUENO, 2007a, p. 37). Há a *síndrome do zoom ou do olhar vesgo* que “tem a ver com o fechamento do foco da cobertura, a fragmentação que retira das notícias e reportagens ambientais a sua perspectiva inter e multidisciplinar” (BUENO, 2007a, p. 37), a *síndrome das indulgências verdes*, que indica o cinismo de empresas que operam o marketing verde buscando a promoção das suas imagens e, por último, a *síndrome da baleia encalhada* que está relacionada à “espetacularização da tragédia ambiental, com a procura do inusitado e do esotérico e o recurso ao sensacionalismo” (BUENO, 2007a, p. 37).

Bueno (2007a) trata sobre aspectos que o Jornalismo Ambiental precisa se atentar: “deve incorporar uma visão inter e multidisciplinar”, “deve construir um *ethos* próprio”, “deve propor-se política, social e culturalmente engajado”, “precisa ser trabalhado nas escolas e nas redações junto aos profissionais de imprensa do futuro”, e deve ainda pluralizar e diversificar as fontes que “devem ser todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem (e suas realizações) e o meio ambiente” (BUENO, 2007a, p. 36). Como negativas, Bueno enfatiza que o Jornalismo Ambiental não pode ser isento. “Não deve admitir-se utópico porque fundado na realidade concreta, na luta pela qualidade do solo, do ar, da água, da vida enfim” (BUENO, 2007a, p. 36).

Repetir esclarece?

Sob outro aspecto, Nosty (2008) apresenta um exemplo do que denomina *tabloidização* nas coberturas televisivas sobre as mudanças climáticas, ligadas ao Jornalismo Ambiental:

As grandes correntes generalistas não abordam o problema da mudança climática ou outras questões relacionadas à ciência, mediante o recurso de fontes relevantes. Costumam buscar titular chamativo (por exemplo: ‘Segundo um estudo de uma universidade australiana, 80% da superfície do planeta se transformará em deserto antes de 2080’) e, depois que adorná-lo de elementos retóricos de alarme, ou submetem o tema ao debate de dois polemistas populares ou o reconduzem a uma pesquisa andarilha de prós e contras, na qual sobressaem as respostas mais polarizadas, sejam elas dramáticas ou divertidas. (NOSTY, 2008, p. 46).

O que Nosty relata é uma repetição de termos, ocorrências e pesquisas que ocorre nos jornais e em muitos casos, abordados de maneira sensacional, dramáticas, contrariando o que outros autores indicam como deve ser o Jornalismo Ambiental. Como exemplo, insere-se aqui um pequeno resumo de um artigo produzido pela autora e a orientadora da presente pesquisa a partir de uma análise de uma reportagem veiculada no dia 26 de outubro de 2015 sob a chamada do editor-chefe e apresentador do *Jornal Nacional*, Wilian Bonner: *Um estudo que envolveu cientistas de duas universidades americanas concluiu que uma região do planeta pode se tornar simplesmente inabitável até o fim deste século*⁶. A reportagem, com duração de 1’57” foi construída com a narrativa alarmante, sensacional e de maneira que confunde os telespectadores. Além das informações apresentadas de formas desconexas, a fonte máxima da pesquisa que embasou a reportagem não foi referenciada ao seu local de pesquisa e com as imagens de pessoas caminhando na rua, não se tornou possível identificar de qual nacionalidade eram. Em uma pesquisa⁷ realizada pelo jornal *El País*, divulgada em agosto de 2015, com a pergunta: *Do que as pessoas ao redor do mundo têm medo?*, 46% dos entrevistados afirmaram que estão *muito* preocupados com a mudança climática.

Retomando as funções do Jornalismo Ambiental apontadas por Bueno e compreendendo o espaço jornalístico como uma forma de conhecimento⁸, a função pedagógica da prática converge para um caminho possível para o conhecimento e consequente esclarecimento sobre os temas relacionados ao ambiente. Adorno e Horkheimer contribuem para a reflexão sobre o esclarecimento e o Jornalismo Ambiental.

⁶ Título de chamada na página do Jornal Nacional no G1. Disponível em: <<https://goo.gl/3nc1f2>>. Acesso em: 28 out. 2015.

⁷ Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/01/internacional/1438445047_049790.html>. Acesso em: 17 nov. 2015.

⁸ MEDISCH, (1977).

Os autores apresentam o conceito e a função do esclarecimento no pensamento ocidental no processo de transição das narrativas míticas até a consolidação do discurso científico. Adorno indica que “o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores” (ADORNO, 1985, p. 19). Na mesma linha de reflexão, utilizando as palavras de Kant, em *Respostas à pergunta: O que é esclarecimento?* é possível entender que o esclarecimento é um processo no qual o indivíduo deixa a posição de menor (minoridade, as palavras do autor), de ignorante, para conhecedor ou dono do saber sobre algo.

A falta de clareza e os aspectos silenciados nas reportagens jornalísticas dominam o conhecimento dos indivíduos. Adorno indica que:

A universalidade dos pensamentos, como a desenvolve a lógica discursiva, a dominação na esfera do conceito, eleva-se fundamentada na dominação do real. É a substituição da herança mágica, isto é, das antigas representações difusas, pela unidade conceptual que exprime a nova forma de vida, organizada como base no comando e determinada pelos homens livres. (ADORNO, 1985, p. 28).

O processo do esclarecer-se perpassa pela busca das informações concretas e fundamentadas, da responsabilidade dos indivíduos, enquanto leitor/consumidor de noticiário jornalístico, mas também pela responsabilidade do emissor, do produtor e gerador das reportagens. “O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo” (ADORNO, 1985, p. 20). Seria essa, então, uma das posições que o jornalismo poderia ocupar: tornar os indivíduos mais conhecedores, mais esclarecidos e conseqüentemente mais poderosos em relação ao mundo das informações e das decisões?

Considerações

Reforça-se, inicialmente, neste espaço que a reflexão não se esgota no presente artigo. Compreende-se que além da função de informação, o jornalista que atua com a temática ambiental tem como premissa um assunto que deverá ser abordado de maneira transdisciplinar envolvendo o processo e toda a complexidade do tema. Entende-se,

também, ser necessária a discussão, o estudo e a prática jornalística para melhoria dos produtos jornalísticos que abordam as questões relacionadas ao meio ambiente.

Referências

ADORNO, Theodor W. HOKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Representações da crise do meio ambiente no jornalismo científico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: INTERCOM, 2005.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. (Orgs.). **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BELMONTE, Roberto Villar. A história do jornalismo ambiental brasileiro. In: 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ALCAR, 2015.

BRASIL, Decreto n. 83.284, de 13 de março de 1979. Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 mar. 1979. Seção 1, p. 3594. Disponível em: <<https://goo.gl/yhYZmi>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: explorando além dos conceitos. Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007a.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007b.

BUENO, Wilson da Costa. As síndromes do Jornalismo Ambiental brasileiro. In: MELO, José Marques de. (Org.). **Mídia, Ecologia e Sociedade**. São Paulo: INTERCOM, 2008.

CARVALHO, Anabela. **Tratamento das MCs na imprensa internacional**. O caso da COP-21. Curitiba: UFPR, 2016. Palestra proferida no Seminário Internacional mudanças climáticas, comunicação e educação: um diálogo necessário.

GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 34, p. 132-152, 2012.

HEPP, Andreas. O que a cultura das mídias (não) é. **Revista Interin**, Curitiba, v. 19 n.1, p. 03-23, 2015.

KANT, Immanuel . Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?. In: **Textos Seletos**, Petrópolis: Vozes, 1974.

MCQUAIL, Denis. **Teorias da comunicação de massa**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

NOSTY, Bernardo Diaz. O meio [ambiente] é a metragem. Estratégias de comunicação para uma inovação sustentável. In: MELO, José Marques de. (Org.). **Mídia, Ecologia e Sociedade**. São Paulo: INTERCOM, 2008.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1995.

SHINAR, Dov. Ecologia e mídia em situações de guerra e paz. In: MELO, José Marques de. (Org.). **Mídia, Ecologia e Sociedade**, São Paulo: INTERCOM, 2008.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. **A ciência na televisão: mito, ritual e espetáculo**. São Paulo: Annablume, 1999.

TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio Ambiente no Século 21: especialistas falam da questão ambiental nas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.